



## CONSELHO DE REPRESENTANTES DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS

### **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS – 22 e 23/05/2019**

Aos 22 (vinte e dois) e 23 (vinte e três) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove (2019), às 09h00min, na Sede do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, localizada na Rua Francisca Miquelina, 123 – Bela Vista – São Paulo/SP, foi realizada reunião do Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais, nos termos da Portaria TRE/SP n.º 53/2018. Presentes os membros do Conselho, Sr(a)s. CÁSSIO ROGÉRIO SIQUEIRA, JULIA BALBI ALBERTIN, LUIZ FELIPE MORATORI, IGOR IGNÁCIO, ROSANE CRISTINA DA SILVA, JULIANA FREIRE DOS SANTOS, TALITA BANHOS, SAMUEL DA SILVA PEREIRA e MARCELO PEREIRA MICENA, assim como representantes de diversas áreas temáticas da Secretaria do TRE/SP.

Iniciados os trabalhos, foram realizadas as seguintes deliberações e discutidos os seguintes temas:

Na manhã do dia 22/05/2019, foram discutidas as propostas de desburocratização encaminhadas pelos Cartórios Eleitorais e consolidadas no Documento PAD n.º 078203/2019. O resultando das deliberações será incluído no Proc. PAD n.º 292/2019.

Retomados os trabalhos no período da tarde, com a presença da Sra. Gabriela Micucci (SJ) foram tratados temas relacionados à implementação do PJ-e. Foi informado que não haverá treinamento presencial. A estratégia adotada consistirá em um encontro presencial para sensibilização, treinamento EAD e disponibilização de uma versão de treinamento do PJE acompanhada de um roteiro processual a ser efetuado nessa versão de treinamento quantas vezes o servidor julgar necessário. Num primeiro momento, os Inquéritos Policiais permanecerão em autos físicos. Na Secretaria, haverá suporte ao PJe a partir do primeiro encontro de sensibilização. A versão de treinamento e os roteiros serão fornecidos a partir de cada sensibilização.

Em seguida, houve a participação da STI, representada pelo Sr. Alessandro Augusto Cristino Costa. Solicitamos a reconfiguração do sistema ELO para possibilitar a coleta parcial de dados biométricos quando for realizado RAE de eleitor já biometrizado, abrindo-se a possibilidade de o servidor escolher qual dado biométrico será coletado novamente e qual dado será reaproveitado. Fomos informados que em breve será iniciada a distribuição dos microcomputadores conforme critérios da LD. Haverá também a aquisição de um novo notebook para cada ZE. O TRE está buscando alternativa para ampliar o link de internet. Entre elas, está prevista uma reunião com a VIVO para renegociar o contrato atual. Também há estudos para substituição da linha dial backup por uma conexão 4G como backup.

A SGP esteve representada pela Sra. Andréa K. Yamada de Leão Bastos. Fomos informados que será editada nova portaria regulamentando o prazo de fruição de horas credoras, pagamentos de diárias etc, sendo que os critérios ainda estão sendo estudados pela Administração. Informamos que várias ZEs fizeram horas credoras nos últimos meses para implementação da revisão do eleitorado e correm o risco de perder estas horas caso não haja uma



## CONSELHO DE REPRESENTANTES DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS

regulamentação. A esse respeito a Administração já firmou entendimento de que os casos serão analisados individualmente, sendo necessário o envio de ofícios individuais via PAD. O Conselho manterá acompanhamento da questão e, se necessário, será encaminhado novo pedido via PAD para regulamentação das horas extras já trabalhadas, com retroação até fevereiro. Fomos informados pelo Sr. Luís Felipe de Oliveira Reis que neste ano será implementada uma nova modalidade de PDG (Programa de Desenvolvimento de Gestores) que constituirá na utilização de uma ferramenta de inteligência artificial. Esta ferramenta cruzará os dados da avaliação gerencial já realizada e indicará um cardápio de cursos específicos para suprir as deficiências gerenciais apontadas. Os treinamentos serão fornecidos pelo próprio TRE/SP e também por instituições externas, sempre na modalidade EAD. O Conselho solicitou que os treinamentos sejam fornecidos em datas espaçadas e adequadas ao calendário de atividades dos Cartórios.

A CRE esteve representada pelo Sr. André Luiz Pavim. Fomos informados que o TJ/SP abortou as negociações em torno das comunicações eletrônicas envolvendo direitos políticos via CODIPEL. Todavia, está em fase final de desenvolvimento uma funcionalidade no CODIPEL que fará o gerenciamento das informações sobre direitos políticos. Tal funcionalidade ainda não dispensará as comunicações em papel, mas será um primeiro passo na informatização do gerenciamento de direitos políticos. Também fomos informados que em breve será implantada funcionalidade de registro automático do ASE 019. Questionamos sobre a necessidade de mantermos um arquivo de PETEs, e fomos informados que não é possível a dispensa de tal arquivo pois há exigência para tal na Res. TSE 21.538. Há estudos para possibilitar a impressão de segunda via diretamente pela internet. O Conselho solicitou a extinção dos Livros de Saída de Expediente e de Suspensão e Transação. Obtivemos o compromisso de extinção do livro de Saída de Expediente, dada a sua inutilidade. Quanto ao livro de Suspensão e Transação, serão iniciados estudos visando à sua extinção. Solicitamos ainda que seja criada funcionalidade para baixa automática das multas pagas no sistema ELO. Como resposta, fomos informados de que esta demanda é de grande interesse da Administração e será colocada em pauta no grupo de trabalho específico no TSE visando à sua implementação. Como alternativa, propusemos a disponibilização de relatório periódico de GRUs liquidadas no banco para o cartório fazer a baixa, dispensando o retorno do eleitor ao cartório.

No dia 23/05/2019 houve a participação da SOF, representada pelo Sr. Carlos Yukio Fujimoto. Fomos informados de que houve uma melhora no cenário orçamentário específico para a biometria neste exercício orçamentário. Sobre o corte de estagiários, fomos informados que o DG esteve no TSE para buscar recursos visando à redução do corte. Houve uma sinalização positiva por parte do TSE, abrindo a possibilidade de manutenção do quadro atual de estagiários, sendo importante ressaltar que os recursos ainda não foram repassados, havendo por enquanto uma mera expectativa. Quanto aos mandados cumpridos pelos Oficiais de Justiça ad hoc, os valores de indenização foram fixados em



## CONSELHO DE REPRESENTANTES DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS

R\$17,02 par Oficiais de Justiça de carreira e R\$13,62 para servidores da Justiça Eleitoral, conforme regulamentação contida na Res. TSE n.º 23.527. Fomos informados de que o limite global de mandados no TRE/SP está longe de ser ultrapassado pelos cartórios em sua totalidade. Os cartórios que eventualmente tenham ultrapassado seus limites individuais não estão sofrendo prejuízo, pois a Administração tem autorizado o pagamento. Fomos informados que está em estudo a aquisição de celulares corporativos. Quanto à contratação de plano de saúde, o processo está em fase de cotação. Algumas empresas manifestaram interesse e apresentaram questionamentos sobre o edital.

Em seguida, a SAM esteve representada pelo Sr. Alessandro Dintof. Fomos informados que o projeto sobre os convênios para fornecimento de serviços de limpeza está paralisado por determinação do Presidente, e que os casos mais críticos serão tratados individualmente. Os HDs externos serão objeto de licitação com previsão de fornecimento para este ano. Quanto ao fornecimento de ar condicionado, será adotado como critério de priorização, um estudo do INPE sobre as médias de temperatura em 11 regiões do estado de SP. Para fornecimento dos aparelhos, será necessário um compromisso com cada prefeitura para a instalação e manutenção dos aparelhos.

A seguir, em reunião com representantes da CCS, solicitamos que seja dado maior destaque no banner de agendamento biométrico no site do TRE. Solicitamos ainda que as campanhas de divulgação da biometria sejam feitas em tom mais forte e incisivo, alertando os eleitores sobre os prejuízos decorrentes do não comparecimento. Fomos informados que a estratégia de comunicação institucional deve observar certos limites, mas que será estudada uma forma de tornar a divulgação mais efetiva.

Pela ASSPE, fomos informados que será desenvolvido um mapa de gestão de riscos com a participação das várias secretarias do TRE/SP e dos Cartórios Eleitorais, estes últimos representados pelo CRCE.

Por fim, o Diretor Geral, Sr. Cláudio Cristiano Abreu Corrêa, endossou tudo o que já foi dito pelos outros secretários. Acrescentou que o TSE regulamentará o banco de horas. Sobre a progressão funcional dos servidores requisitados junto ao Estado de SP, disse que o Presidente está pessoalmente empenhado e que o tema será tratado diretamente com o Governador. Quanto à biometria, disse que dividiu os cartórios em grupos e cada secretaria ficará incumbida de acompanhar o cumprimento das metas junto a um determinado grupo de cartórios, prestando o suporte que for cabível/necessário.

Nada mais.

São Paulo, 23 de maio de 2019.

**CONSELHO DE REPRESENTANTES DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS**